



MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ESPAÇO URBANO E GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS MULHERES DO BAIRRO DO JURUNAS – BELÉM PARÁ

Autor: Beatriz Lorena Correa da Silva ¹
Coautor: Rodrigo Rafael Souza de Oliveira ²

RESUMO

O estudo investiga os impactos das mudanças climáticas sobre as mulheres moradoras do bairro do Jurunas, em Belém (PA), no ano de 2025. O objetivo é analisar como a interseccionalidade de gênero, classe, raça e território amplificam a vulnerabilidade socioambiental nesse contexto urbano amazônico. Além de observar os tipos de moradia, identificar as características estruturais e compreender os fatores históricos e socioeconômicos que influenciam o bairro. A pesquisa adota abordagem quanti-qualitativa, combinando revisão teórica, levantamento de dados socioeconômicos, trabalho de campo e produção cartográfica. Os dados revelam que o corpo feminino funciona como território simbólico e político, onde se materializam desigualdades históricas e efeitos da crise climática. O estudo conclui que políticas públicas interseccionais são fundamentais para promover justiça climática.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas, Interseccionalidade, Justiça Climática.

ABSTRACT

The study investigates the impacts of climate change on women living in the Jurunas neighborhood, in Belém (PA), in the year 2025. The objective is to analyze how the intersections of gender, class, race, and territory amplify socio-environmental vulnerability within this urban Amazonian context. It also aims to observe housing conditions, identify structural characteristics, and understand the historical and socioeconomic factors that influence the neighborhood. The research adopts a mixed quantitative and qualitative approach, combining theoretical review, collection of socioeconomic data, fieldwork, and cartographic production. The findings reveal that the female body functions as a symbolic and political territory where historical inequalities and the effects of the climate crisis are materialized. The study concludes that intersectional public policies are essential to promote climate justice.

Keywords: Climate Change, Intersectionality, Climate Justice.

INTRODUÇÃO

¹Mestranda do Programa de **Pós-Graduação em Geografia** da Universidade Estadual do Pará – UEPA profbeatrizlorena@gmail.com;

²Doutor em Ciências Ambientais pelo **Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais** da Universidade Federal do Pará – UFPA rodrigo.oliveira@uepa.br;



Nas últimas décadas, a intensificação das mudanças climáticas tem gerado preocupações globais. Na Amazônia, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021; BDMEP/INMET), observa-se uma elevação de 3,4% na temperatura do ar ao longo dos últimos anos, o que possibilitou alterações na dinâmica urbana, ambiental e social de cidades. Nesse cenário, evidencia-se a vulnerabilidade socioambiental criada, marcada por desigualdades estruturais que afetam desproporcionalmente determinados grupos sociais, em especial as mulheres que residem em periferias dos centros urbanos.

Belém, capital do Estado do Pará, é marcada por um crescimento urbano desigual e por profundas desigualdades socioeconômicas (TRINDADE, 2015), a realidade urbana escancara como fatores históricos e sociais formam os riscos enfrentados pela população em territórios periféricos, como o bairro do Jurunas. Portanto, criam-se áreas mais vulneráveis e menos preparadas para lidar com enchentes, inundações, ondas de calor e outros impactos ambientais. Nesse sentido, compreender a relação entre espaço urbano, gênero e vulnerabilidade torna-se essencial para interpretar as transformações socioambientais que atravessam a cidade.

Ademais, Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) mostram que Belém é uma cidade de predominância feminina, com 798.456 mulheres frente a 701.185 homens. Esse dado demográfico ganha relevância quando articulado ao fato de que, historicamente, as desigualdades de gênero posicionam as mulheres em maior situação de risco. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021) reforça que os efeitos da crise climática não são homogêneos, atingindo de forma mais intensa populações marginalizadas. Mulheres, crianças, idosos, negros, povos tradicionais e populações de baixa renda são desproporcionalmente afetados.

A Amazônia urbana, definida por Becker (2005) como uma “floresta urbanizada”, enfrenta desafios ambientais que vão desde a precariedade da infraestrutura até a poluição e a degradação ambiental. No Jurunas, bairro periférico de Belém, esses fatores se intensificam. Ali, as mulheres convivem com vulnerabilidades que combinam desigualdade socioeconômica, exposição a riscos ambientais e ausência de políticas públicas efetivas. Como destacam Nascimento, Netto e Chagas (2022), o espaço urbano reflete interações complexas entre tempo, espaço e condições sociais, nas quais as disparidades socioeconômicas influenciam diretamente a experiência da vida cotidiana.

Por conseguinte, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a vulnerabilidade posta às mulheres diante das mudanças climáticas e de contribuir para o desenvolvimento de outras abordagens. Neste sentido, a integração de pesquisas com o



vínculo de gênero é válida para a evolução da ciência em conjunto com o entendimento da sociedade. A discussão proposta idealiza o crescimento da Geografia Humana, que utiliza metodologias baseadas em técnicas qualitativas e busca analisar a inter-relação entre sociedade e natureza. Por fim, é importante salientar que o interesse pela pesquisa surgiu diante dos eventos climáticos no Brasil.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo investigar os impactos das mudanças climáticas sobre as mulheres residentes do bairro do Jurunas, em Belém, capital do Pará, no ano de 2025. O estudo parte da constatação de que as desigualdades de gênero, somadas às disparidades entre classes sociais, raça, localização geográfica e às formas de produção desigual do espaço urbano, potencializam a exposição aos riscos a essas mulheres no contexto de injustiças ambientais e crise climática. A escolha do bairro do Jurunas é atribuída à justificativa da densidade populacional feminina, precariedade de infraestrutura urbana e a relação da população com o rio.

Para contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, outros objetivos incluem: Analisar os diferentes tipos de moradia no bairro do Jurunas; Identificar as características estruturais do bairro do Jurunas; Compreender os fatores históricos e socioeconômicos que influenciam as diferentes áreas do bairro.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é quanti e qualitativa, e envolveu a realização de trabalho de campo; Pesquisa, sistematização e análise de dados socioeconômicos sobre Belém e bairro do Jurunas. O cruzamento entre os dados objetivos e subjetivos possibilita a construção de uma leitura interseccional dos efeitos das mudanças climáticas. Assim, os procedimentos metodológicos englobam quatro etapas principais:

A primeira etapa envolve pesquisa de referencial teórico, responsável por embasar conceitualmente as análises teóricas e metodológicas. Sendo realizadas leituras aprofundadas sobre os temas centrais da pesquisa, como: território (SOUZA, 2013), corpo-território (HAESBAERT, 2020), gênero (REIS, 2015), produção do espaço urbano (CORRÊA, 1989), mudanças climáticas (IPCC, 2021), justiça climática e ecofeminismo (PULEO, 2008).

Na segunda etapa foram realizados levantamentos, sistematização e análises de dados secundários sobre o bairro do Jurunas. Os dados secundários utilizados são provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com indicadores demográficos e socioeconômicos. E, por meio desses dados que se obteve um panorama inicial do território e alguns dos seus aspectos estruturais.



Já na terceira etapa, foi realizada uma análise da vulnerabilidade socioambiental e climática do bairro do Jurunas através da intersecção das observações do trabalho de campo com os indicadores socioeconômicos e ambientais. A quarta etapa, por fim, envolveu a produção cartográfica, voltada à construção do zoneamento do bairro do Jurunas, com base no arranjo socioespacial, arruamento e infraestrutura urbana.

REFERENCIAL TEÓRICO

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A INTERSECCIONALIDADE

Desde o período da “Pré-História”, a natureza ocupou papel de destaque para a sobrevivência dos primeiros grupos humanos. No entanto, mesmo em seu período mais primitivo, o homem já exercia pressão sobre os ecossistemas. Com o passar dos séculos, a relação intensificou e trouxe profundas transformações. A mudança no modo de produzir, do artesanato para as máquinas, marcou o início de um modelo de exploração acelerado aos recursos naturais. O que antes era um pouco harmônico tornou-se uma lógica de desenvolvimento baseado no crescimento econômico a qualquer custo, cujas consequências diretas têm sido observadas no agravamento das mudanças climáticas.

Como reforça Latouche (2009), a ideia de crescimento infinito é incompatível com um planeta de recursos finitos. Em vez de respeitar os ritmos naturais da biosfera, a racionalidade econômica impôs um tempo acelerado, colocando em risco o meio ambiente e as condições de vida das populações. Costa, Demiranda e Olinto (2025) destacam algumas das consequências:

A emissão de gases na atmosfera, como o dióxido de carbono e o metano, contribuem negativamente para o efeito estufa, acarretando o aquecimento do planeta. Atividades corriqueiras como a queima de combustível em veículos automotores, produção agrícola, despejo de resíduos em aterros sanitários e o desmatamento também são responsáveis pela emissão de tais poluentes. A emissão de gases em razão da atividade humana intensifica o processo de manutenção do calor na atmosfera, o que gera aumento em demasia das temperaturas (Costa, Demiranda e Olinto, 2025, p.8).

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021) já é possível observar fenômenos como a elevação da concentração de CO₂ na atmosfera, o recuo das geleiras e o aumento da temperatura. Atrelados a eles se tem o fato de que os mesmos afetam com maior intensidade as populações mais vulneráveis social e economicamente.



As cidades desempenham papel central tanto na origem quanto nos efeitos das mudanças climáticas. Conforme as Nações Unidas (2018), o setor da construção e os edifícios são responsáveis por 36% do consumo global de energia e por 39% das emissões de CO². O transporte representa outros 28% do consumo energético e 23% das emissões. Essa realidade revela o espaço urbano, descrito por Corrêa (1989) como fragmentado e articulado, no qual reflete as atuais dinâmicas socioeconômicas. Hughes, Chu e Mason salientam que:

[...] as cidades foram reconhecidas como impulsionadoras de ações transformadoras, especialmente em termos de sua capacidade de enfrentar os desafios setoriais, demográficos, espaciais e ecológicos das mudanças climáticas e riscos extremos de desastres. [...] todas essas estruturas globais observam a centralidade das comunidades urbanas e dos tomadores de decisão na resposta às mudanças climáticas. (Hughes, Chu e Mason, 2018, p. 2).

Além disso, Soffiati (2020) esclarece que os grandes centros urbanos também passam a enfrentar sérios problemas, a exemplo de poluição do ar, da água, a ausência de saneamento básico adequado e entre outros. Os fatores intensificaram as condições prejudiciais das cidades, o que contribui para o aumento das doenças e da mortalidade, em maior quantidade, de população mais pobre.

Reckien et al. (2018) disserta sobre as mudanças climáticas atingir com maior intensidade determinados grupos sociais, de acordo com renda, raça, etnia, gênero e idade. Ou seja, tal parte da população tende a sofrer mais com a escassez de água potável, a perda de moradia, a insegurança alimentar e os riscos à saúde, já que “a mudança climática amplifica a vulnerabilidade e dificulta a capacidade adaptativa, especialmente para os pobres, mulheres, idosos, crianças e minorias étnicas” (Reckien et al, 2018, p.174).

Dessa forma, interseccionar os estudos dos efeitos das mudanças climáticas mostra-se cada vez mais indispensável. Tradicionalmente, os estudos vinculados à crise climática foram conduzidos majoritariamente pelas ciências naturais, discutindo apenas aspectos físicos, químicos e biológicos. No entanto, ao observar determinados grupos sociais enfrentando de maneira desproporcional os efeitos da alteração ambiental, começaram a surgir discussões sobre vinculado a fatores sociais, culturais e econômicos.

Ao considerar como diferentes marcadores sociais se entrelaçam nas vivências cotidianas entendem-se as dinâmicas de poder. Dessa forma, se abre espaço para pensar sobre as complexas articulações entre estruturas sociais e subjetividades. Collins e Bilge argumentam:



A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins e Bilge, 2020, p. 16).

Justamente por poder assumir diferentes formas, a interseccionalidade se adapta às especificidades de contextos variados, fornecendo caminhos para analisar como diferentes sistemas de opressão se articulam em realidades concretas.

Ainda mais, Valentine (2007) explana como a geografia não tem explorado de forma satisfatória a potência analítica da abordagem, apesar do espaço ser um elemento central nas relações sociais marcadas por intersecções de gênero, raça, classe, sexualidade e outros. A crítica revela uma lacuna no campo geográfico, que, ao não considerar o espaço como um agente ativo na articulação das desigualdades, limita sua capacidade de compreender as dinâmicas sociais. Souza contribui:

Nas dimensões geográficas, a mulher não pode ser vista apenas como constituinte de um gênero, mas também da sexualidade, da raça, da religião e da classe social. Tais elementos são vividos simultaneamente, o que nos faz reconhecer a existência de uma pluralidade de feminilidades (Souza, 2007, p. 7).

Para mais Silva (2022) discute como é fundamental reconhecer que a ciência não é neutra, pois se constata que os espaços acadêmicos funcionam como lugares de enunciação científica que, muitas vezes, reproduzem invisibilidades. Tais ausências dizem respeito à escassa presença de determinados corpos tanto em publicações quanto na ocupação de cargos. A realidade não é apenas um dado estatístico, mas uma questão política e epistêmica que denuncia a seletividade estrutural da produção, a exemplo do saber geográfico.

A abordagem ecofeminista, conforme destacado por Puelo (2008), reconhece que são mulheres pobres, racializadas, e em situação de vulnerabilidade, as mais afetadas pelas crises ambientais. Para Mies e Shiva (1998), o ecofeminismo estabelece uma conexão direta entre a exploração da Natureza e a subordinação das mulheres, o que destaca como a lógica patriarcal



ocidental historicamente oprime o meio ambiente e os corpos femininos. Portanto, a degradação ambiental não gera apenas danos materiais, mas também profundos impactos emocionais físicos e sociais, especialmente em mulheres negras que residem nas periferias dos centros urbanos de países subdesenvolvidos ou emergentes. Federici (2017) salienta que:

Desde o início do movimento de mulheres, as ativistas e teóricas feministas viram o conceito de “corpo” como uma chave para compreender as raízes do domínio masculino e da construção da identidade social feminina. Para além das diferenças ideológicas, chegaram à conclusão de que a categorização hierárquica das faculdades humanas e a identificação das mulheres com uma concepção degradada da realidade corporal foi historicamente instrumental para a consolidação do poder patriarcal e para a exploração masculina do trabalho feminino. (Federici, 2017, p.31).

Castelo Branco (2024) explica que a desproporção climática acontece, pois a vulnerabilidade climática se sobrepõe às vulnerabilidades socioeconômicas já existentes, ou seja, a exposição a riscos naturais escancara a pobreza. No caso das mulheres, a exposição é agravada por dinâmicas de gênero que limitam o acesso a recursos, à terra, à informação e à participação política. Consequentemente, enfrentar a injustiça climática exige, necessariamente, enfrentar as múltiplas camadas de injustiças sociais. A crise ambiental não é apenas ecológica, ela é política e social, pois expõe os problemas existentes e amplia os riscos para aqueles corpos-territórios historicamente negligenciados.

JURUNAS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A fragmentação urbana agrava as vulnerabilidades socioambientais, sobretudo entre as mulheres de baixa renda. No bairro do Jurunas, em Belém (PA), os dados do Censo Demográfico do IBGE revelam um cenário de vulnerabilidade social. Em 2010, a maioria da população residente se autodeclarou parda (42.322 pessoas). E, segundo o Anuário Estatístico do município de Belém de 2011, o bairro tem cerca de 64.478 mil habitante, sendo 30.380 mil do sexo masculino e 34.098 do sexo feminino. Em 2000, a análise dos responsáveis pelos domicílios mostra que 38,65% eram mulheres, muitas delas com baixa escolaridade — apenas 7,53% possuíam 15 anos ou mais de estudo — e majoritariamente concentradas em faixas de renda de até dois salários mínimos. Tais condições socioeconômicas comprometem severamente a capacidade dessas mulheres à adaptação às mudanças climáticas, a exemplo ao enfrentamento a enchentes, doenças e segurança alimentar.



Para maior contribuição para a análise de vulnerabilidade socioambiental, o espaço urbano, por ser um reflexo social, revela uma extrema desigualdade nas condições de vida de seus habitantes, conforme Corrêa (1989). A disparidade se manifesta em diferentes formas de acesso a recursos, infraestrutura e serviços básicos, o que faz, por exemplo, com que as pessoas sejam impactadas de maneira desigual pelos problemas ambientais.

No bairro do Jurunas são identificados contrastes urbanísticos marcantes em seu território, que refletem segregações socioespaciais e ambientais no acesso a condições dignas de moradia, saneamento básico e bem-viver. Assim, observa-se que no limite entre os bairros do Jurunas e da Batista Campos, a paisagem é caracterizada por uma urbanização mais estruturada, com presença de prédios habitacionais, vias pavimentadas e acesso a serviços. No entanto, à medida que se avança em direção às imediações da Avenida Bernardo Sayão, próximo ao rio Guamá, o cenário muda. A região é marcada por ausência de infraestrutura adequada, precariedade das moradias e maior exposição a riscos ambientais, como: alagamentos, enchentes e exposição à contaminação pela ausência ou precariedade no abastecimento de água encanada e saneamento básico.

Segundo Sposito (2013), a desigualdade no uso e ocupação do território é uma das marcas mais expressivas da urbanização brasileira. Nesse sentido, a expansão de Belém no Jurunas, embora histórica, foi acompanhada por processos que reforçaram desigualdades socioespaciais, uma vez que o crescimento nem sempre resultou em melhorias para todos os moradores do bairro. Vale ressaltar que a segregação e desigualdade urbana não deve ser compreendida apenas como um fenômeno resultante de diferenças socioeconômicas. Em vez disso, é necessário verificar as práticas espaciais dos sujeitos envolvidos nos processos de produção do espaço urbano.

Segundo Rodrigues (2009), é no século XVIII que o bairro do Jurunas começou a se formar como resultado do processo de expansão da cidade de Belém. O desenvolvimento foi consequência do prolongamento da rua que se iniciava na Doca do Ver-o-Peso. De acordo com Bastos (2015), o bairro do Jurunas, caracterizado por terrenos baixos e historicamente considerados impróprios para uma ocupação humana densa, tornou-se necessário frente à saturação das demais áreas de Belém. O espaço passou a abrigar grupos de pessoas que não possuíam condições econômicas para viver em regiões mais valorizadas. Para essas populações, as margens do bairro representavam não apenas uma oportunidade de moradia, mas também uma esperança de melhorar suas condições de vida.

Ao entrar no período do ciclo da borracha, quando Belém torna-se centro comercial internacional, os bairros passam a ter características que transferem a composição



socioeconômica de seus moradores (PENTEADO, 1968). Há exemplo: o bairro de Nazaré e Batista Campos era ocupado pelos "aristocratas da cidade", enquanto o Jurunas era povoado por trabalhadores.

Ainda nesse momento histórico, o Jurunas passou por diversas intervenções urbanísticas, com o objetivo de melhorar as condições habitacionais, higiênicas e sociais da região, isto, pois se localiza na fronteira com bairros mais centrais (RODRIGUES, 2009). No entanto, após a crise da borracha, o Jurunas passou a ser associado a um perfil de "bairro dormitório":

Jurunas, Condor e Guamá, cujas populações são fortemente mestiças, funcionam como verdadeiros dormitórios, pois suas áreas são essencialmente residenciais; somente ao longo da Estrada Nova é que existem algumas grandes industriais, a Cia. Paraense de Látex (Penteado, 1968, p.312).

Atualmente, o Jurunas, que já passou por diversas transformações, parece atravessar o fenômeno da gentrificação. Ao contrário do que foi discutido sobre o passado do bairro, não está mais relacionado à chegada de populações em busca de habitação em áreas com infraestrutura precária, mas sim à expulsão dos antigos moradores, que, devido ao aumento do custo de vida, são forçados a se deslocar para áreas mais distantes do centro.

PERFIL SOCIOESPACIAL DO JURUNAS: MORADIAS, URBANIZAÇÃO E ÁREAS DE RISCO

O capitalismo, de acordo com Karl Marx (apud Harvey, 2005), é movido pela constante necessidade de acumulação de capital. A dinâmica faz com que o capitalista seja impulsionado pela concorrência e pelas regras do mercado. A busca incessante por crescimento não ocorre de forma harmônica, ela se manifesta em crises econômicas e estruturais.

Harvey (2005) desenvolve como o capitalismo não afeta apenas a economia, mas também molda o espaço urbano. Para ele, o espaço, dentro da lógica capitalista, aparece como um obstáculo que precisa ser superado. Isso quer dizer que o sistema busca meios de facilitar a circulação de mercadorias, pessoas e informações. Para isso, são criadas pelo próprio capitalismo estruturas fixas, como estradas, ferrovias, bairros, fábricas, entre outros.



Portanto, o capitalismo organiza o espaço de acordo com suas próprias necessidades, o que acarreta em grande parte da população fique excluída dos benefícios urbanos, vivendo em condições marcadas pela desigualdade e pela ausência do Estado.

Ao observar o bairro do Juruna em Belém do Pará, é possível visualizar as repercussões da lógica capitalista. As transformações urbanas ali ocorridas, com a valorização de determinadas áreas e o quase abandono de outro, transpassam o processo desigual. Apesar de sua localização estratégica próxima ao centro da cidade, passa por ausências de infraestrutura, acesso limitado a serviços públicos e condições precárias de moradia.

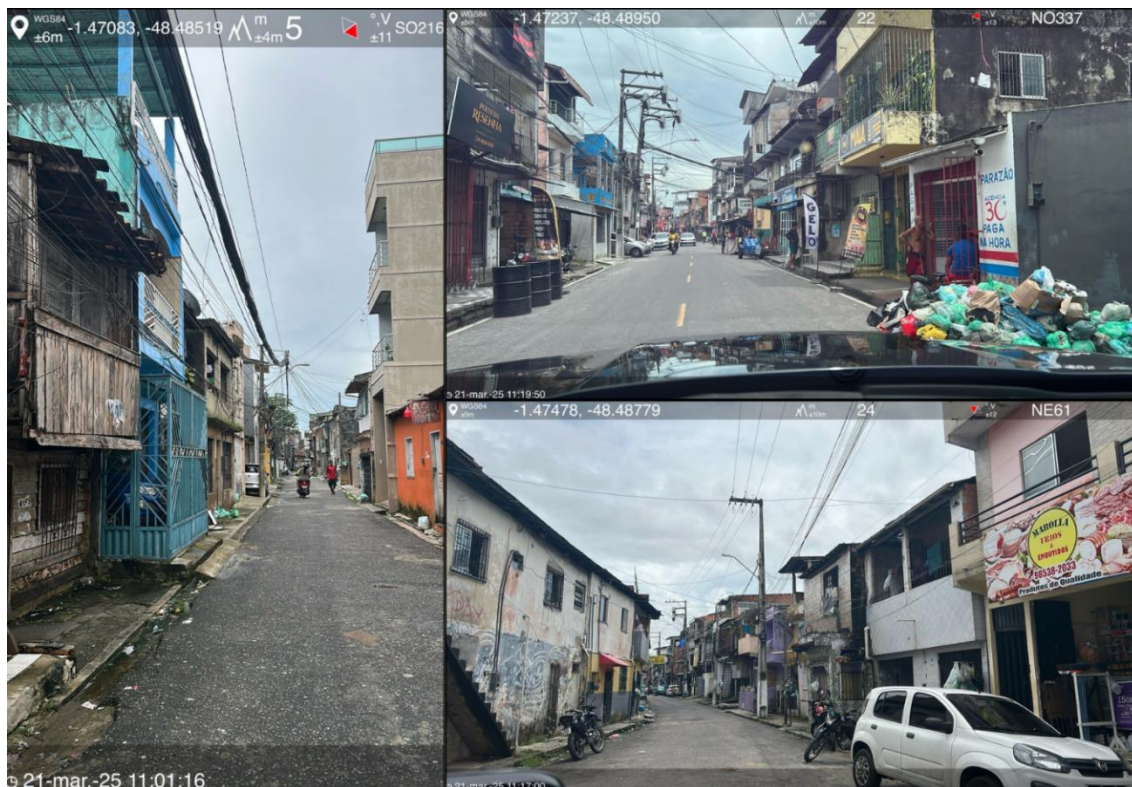
Durante o trabalho de campo realizado no bairro, foi capaz de atentar as contradições, conforme as figuras abaixo.

Figura 02: Região Noroeste do Bairro do Jurunas



Fonte: Autora (2025).

Figura 03: Região Sudeste do Bairro do Jurunas



Fonte: Autora (2025).

A necessidade do capital, descrita por Harvey (2005), torna-se expressiva até mesmo dentro do próprio bairro. Na figura 02 acima, a região noroeste, próximo ao bairro Batista Campos, com as vias principais Avenida Roberto Camelier, Avenida Conselheiro Furtado e Travessa dos Tupinambás, apresentam maior valorização imobiliária, com presenças de prédios habitacionais e empresariais, melhor infraestrutura urbana. Enquanto na figura 03, a porção sudeste do Jurunas já nas proximidades do Rio Guamá, mostra-se precariedade das condições de vida, as ruas mal pavimentadas, ausências de prédios habitacionais e empresariais, acúmulo de lixo e insegurança ambiental.

Tendo em vista as diferenças visíveis nas paisagens urbanas do bairro do Jurunas, transfigura-se fundamental traçar o perfil social, racial, econômico e habitacional. Portanto, recorre-se a dados secundários disponibilizados pelo SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, o Jurunas possui 64.478 moradores distribuídos majoritariamente entre pardos (65,6%), seguidos por brancos (26,1%), pretos (7,4%) e em pequenos grupos: indígenas e amarelos representando menos de 1%. Ao levantar



a variável do sexo, anuncia predomínio feminino, com 34.098 mulheres (52,9%) frente a 30.380 homens (47,1%).

Ainda mais, a maior concentração em faixa etária encontra-se entre os 20 e 34 anos, à vista disso, uma população economicamente ativa. Sobre a distribuição por cor ou raça, o bairro caracteriza-se por ter uma população branca em maior quantidade nas faixas adultas e idosas, já os pretos e pardos concentrados em idades mais jovens.

Atendendo a variável de Alfabetização, agora entre a população com 5 anos ou mais de idade, 56.255 pessoas eram alfabetizadas e 3.725 não sabiam ler nem escrever. Dessas alfabetizadas, a maioria está entre as mulheres (94,1%), grande parte sendo brancas seguidas por pardas e pretas. Segundo os dados levantados, proporcionalmente os pretos e indígenas têm menores taxas de alfabetização. Agora, na análise por faixa etária mostra que a alfabetização é bastante vigente entre os adolescentes e adultos até os 40 anos, mas que diminui significativamente entre os idosos.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, o rendimento nominal médio mensal da população com 10 anos ou mais de idade residente no Jurunas vai variar entre R\$633,08, com homens recebendo em torno de R\$ 768,61 e mulheres R\$ 514,98. Quando cor/raça é analisado, pessoas brancas recebem, em média, R\$ 888,23, pardas ganham R\$ 551,09 e pretas R\$ 551,09. O estudo ao fazer comparativo com a média nacional escancara as desigualdades.

A contar com os dados identificados, a leitura do perfil do bairro do Jurunas vinculado ao debate da interseccionalidade, protagoniza os marcadores de raça, gênero e classe. Recorda-se que o conceito interseccional permite compreender experiências complexas de invisibilidade, por exemplo, as mulheres negras, conforme os resultados, habitando em faixas de menor rendimento e em menor acesso à alfabetização.

Para aprofundar a categorização do perfil da população do bairro do Jurunas, se fez necessário recorrer a dados mais antigos, datados do Censo Demográfico de 2000. Até o atual momento, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não divulgou as variáveis discutidas pelas tabelas apresentadas abaixo no Censo Demográfico de 2010 e muito menos no de 2022.

Tendo consciência dos limites que esse recorte temporal impõe, tais dados auxiliam na indicação padrões tradicionais de estrutura familiar. Para mais, pondera-se a tabela abaixo.

Tabela 1: Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação e tipo do domicílio



Variável - Domicílios particulares permanentes (Unidades)		
Bairro - Jurunas - Belém (PA)		
Ano – 2000		
Tipo do domicílio	Situação do domicílio	
	Total	Urbana
Total	13320	13320
Casa	11839	11839
Apartamento	909	909
Cômodo	572	572

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

O esquema exhibe o Jurunas sendo composto basicamente por casas (88,9%), em seguida destacam-se os apartamentos (6,8%) e, por fim, os domicílios classificados por cômodos (4,3%). Constata-se, enfim, menor verticalização urbana no bairro e aspectos de precariedade habitacional com os “cômodos”.

A contar com os dados identificados, a leitura do perfil do bairro do Jurunas vinculado ao debate da interseccionalidade, protagoniza os marcadores de raça, gênero e classe. Recordar-se que o conceito interseccional permite compreender experiências complexas de invisibilidade, por exemplo, as mulheres negras, conforme os resultados, habitando em faixas de menor rendimento e em menor acesso à alfabetização.

Logo, a investigação perfil final da população do bairro deve se dar por meio deste conceito, tendo em vista que se observa um território com marcadores, muitas vezes, invisibilizados pela ciência, mas potencializados em meio as desigualdade e, principalmente, aos efeitos da crise climática. Localizado em uma área de várzea, às margens de canais e próximo à Baía do Guajará, o bairro está sujeito a inundações frequentes, alagamentos sazonais e problemas de saneamento básico.

Em suma, a lógica de desenvolvimento urbano no Jurunas perpetua vulnerabilidades, seja em espaços mais valorizados ou em menos, o ponto de virada é reconhecer a importância de adotar a perspectiva interseccional para criação de ações de combate aos efeitos da crise



climática. Ao visualizar as mulheres negras, pobres, em muitos casos, chefes de famílias, moradoras em setores precários do bairro tentando viver a cada dia, se faz necessário o pensar interseccional. A vulnerabilidade, já discutido em capítulos anteriores, entrelaçada com a interseccionalidade, é entendida como algo socialmente construída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adentrar nesse tópico vale ressaltar que o presente trabalho ainda está em fase de desenvolvimento e deverá ser ampliado em suas próximas etapas, com maior aprofundamento nas discussões sobre interseccionalidades e vulnerabilidades. A intenção é compreender de forma mais complexa como diferentes marcadores sociais se articulam na produção e vivência das desigualdades socioambientais, especialmente em contextos urbanos.

Com isso, o estudo buscou compreender de que forma as mudanças climáticas e as transformações do espaço urbano afetam de maneira diferenciada os corpos e as territorialidades das mulheres. Como dito anteriormente, ainda em andamento, esta investigação se mostra como um exercício de aproximação entre a teoria e a realidade empírica, trazendo o olhar a necessidade de entender as cidades como espaços marcados por desigualdades históricas e estruturais, nas quais intensificam a crise climática.

Os resultados parciais permitem observar que os impactos ambientais não se distribuem de forma equitativa. Mulheres, populações periféricas e comunidades com menor acesso a recursos e infraestrutura são as mais expostas aos efeitos das mudanças climáticas, como alagamentos, insalubridade e insegurança habitacional. Tais vulnerabilidades são atravessadas por marcadores de gênero, raça e classe.

A leitura geográfica desses fenômenos, portanto, contribui para ampliar o debate sobre justiça socioambiental e de gênero. Neste sentido, a aplicação empírica desta pesquisa se projeta como uma contribuição tanto para a comunidade científica quanto para o fortalecimento de políticas públicas mais sensíveis às interseccionalidades.

Por fim, este trabalho tenta abrir espaço para novas investigações no campo da Geografia, dos estudos de gênero e das mudanças. Os debates apresentadas ao longo do texto reforçam que compreender o território a partir dos corpos que o habitam é um caminho necessário para repensar as cidades.

REFERÊNCIAS



BASTOS, Erick Ferreira Mourão. **A valorização do bairro do Jurunas em Belém/Pa pela sua centralidade histórica-cultural e geográfica tendo como marco predominante a construção do Portal da Amazônia.** Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Geografia). Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Brasília, 2015..

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, José Ricardo Caetano; DEMIRANDA, Dandara Trentin; OLINTO, Vitor Prestes. **O impacto das alterações climáticas na população em situação de vulnerabilidade social.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, [S. l.], v. 51, n. 2, p. 238–256, 2025. DOI: 10.14393/RFADIR-51.2.2023.69504.238-256. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/69504>. Acesso em: 4 jun. 2025.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática.** Tradução Vera Ribeiro. Revisão técnica André Piani; apresentação à edição brasileira Sérgio Besserman. Rio de Janeiro: Zahar. 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Lia Matos. São Paulo: Annablume, 2005.

HUGHES, S.; CHU, E. K. e MASON, S. G. (2018). **Climate change in cities. Innovations in Multi-Level Governance.** Cham, Springer International Publishing (The Urban Book Series).

IPCC AR6 (Intergovernmental Panel on Climate Change). Summary for Policymakers. In: MASSON-DELMOTTE, V., P. ZHAI, A. PIRANI, S. L. CONNORS, C. PÉAN, S. BERGER, N. CAUD, Y. CHEN, L. GOLDFARB, M. I. GOMIS, M. HUANG, K. LEITZELL, E. LONNOY, J.B.R. MATTHEWS, T. K. MAYCOCK, T. WATERFIELD, O. YELEKÇI, R. YU 70 AND B. ZHOU (Eds). **Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Cambridge University Press, 2021.

MIES, M.; SHIVA, V. **La praxis del ecofeminismo. Biotecnología, consumo y reproducción.** Barcelona: Icaria, 1998.

NAÇÕES UNIDAS. 2018. **Global Status Report Towards a zero-emission, efficient and resilient buildings and construction sector.** Nova Iorque: International Energy Agency (IEA) for the Global Alliance for Buildings and Construction (Global ABC), 2018.

PENTEADO, Antônio. **Belém do Pará, Estudo de Geografia Urbana.** Volumes 1 e 2. Universidade Federal do Pará, 1968.



PULEO, Alicia H. **Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado.** Isegoría, n. 38, p. 39–59, 2008.

QUIJANO, A. 2010. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: B.S. Santos e M. Meneses (eds.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez.

RECKIEN, D., LWASA, S., SATTERTHWAITE, D., MCEVOY, D., CREUTZIG, F., MONTGOMERY, M., SCHENSUL, D., BALK, D., AND KHAN, I. (2018). **Equity, 72 environmental justice, and urban climate change.** In Rosenzweig, C., W. Solecki, P. Romero-Lankao, S. Mehrotra, S. Dhakal, and S. Ali Ibrahim (eds.), Climate Change and Cities: Second Assessment Report of the Urban Climate Change Research Network. Cambridge University Press. New York. 173–224

REIS, M. L. **Estudos De Gênero Na Geografia: Uma Análise Feminista Da Produção Do Espaço.** E&C, v. 38, p. 11-24, 2015.

RODRIGUES, C. I. O bairro do Jurunas: à beira do Rio Guamá. Artigo da Revista Mosaico, v.1, n.2, p.143-156, 2009.

SILVA, Joseli; et al. **Apresentação das jornadas sobre corpos na geografia brasileira: Trilhas equivocadas, rumos encontrados e nossas perpétuas provocações.** In: SILVA, Joseli; ORNAT, Marcio; CHIMIN JUNIOR, Alides (Orgs). Corpos e Geografias: Expressões e espaços encarnados. Ponta Grossa: Editora Toda Palavra, p. 17 – 42, 2022

SOFFIATI, Arthur. **Breve história da globalização ocidental e seus custos ambientais.** In: AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 144-173, 2020.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M.E.B.. **Segregação socioespacial e centralidade urbana.** In: CORRÊA, R.L.; PINTAUDI, S.M.; VASCONCELOS, P.A. (Org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.